

S
UFRJ/IE
TD437

NS362179

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil

nº 437

João Saboia¹

julho de 1999

Textos para Discussão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil

nº 437
Luiz Eduardo Parreiras
João Saboia¹



43 - 016816

julho de 1999

¹ João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este trabalho foi financiado pelo CNPq e contou com o apoio de Anuska Soares no processamento dos dados. O autor agradece a Lauro Ramos e Luiz Eduardo Parreiras, do IPEA, pela permissão em utilizar o banco de dados da publicação "Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise".

Diretor Geral: Prof. João Carlos Ferraz
Diretor Adj. de Graduação: Prof. Maria Lúcia T. Werneck Vianna
Diretor Adj. de Pós-graduação: Prof. Francisco Eduardo P. de Souza
Diretor Adj. de Pesquisa: Prof. João Lizardo R. Hermes de Araújo
Diretor Adj. Administrativo: Prof. João Carlos Ferraz
Coordenador de Publicações: Prof. David Kupfer
Projeto gráfico: Ana Lucia Ribeiro
Editoração: Jorge Amaro
Geórgia Britto
Revisão: Janaina Medeiros
Flávio Sabbagh Armony
Secretária: Joseane de O. Cunha
Impressão: Paulo Wilson de Novais

Ficha catalográfica

SABOIA, João Luiz Maurity

CCJE/BIBLIOTECA EUGENIO GUDIN

CATA: 94 1 1 2000

REGISTRO N.º

503569-4

ns 362179

adm 368230

bc 100949

5
UFRJ/IE

TD437

Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil./ João Saboia. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1999.

32p. 21cm. (Texto para Discussão. IE/UFRJ; 437)

1. Mercado de Trabalho - Brasil, 1990. 2. Mercado de Trabalho - Indicadores - Brasil. I. Título. II. Série.

O Programa Editorial do IE/UFRJ (sucessor dos Programas Editoriais do IEI e da FEA/UFRJ), através das séries "TEXTOS PARA DISCUSSÃO", "TEXTOS DIDÁTICOS" e "DOCUMENTOS", publica artigos, ensaios, material de apoio aos cursos de graduação e pós-graduação e resultados de pesquisas produzidos por seu corpo docente.

Essas publicações, assim como mais informações, encontram-se disponíveis na livraria do Instituto de Economia, Av. Pasteur, 250 sala 4 (1º andar)-Praia Vermelha-CEP: 22290-240/C.P. 56028-Telefone: 295-1447, ramal 224; Fax 541-8148, A/c Sra. Joseane de O. Cunha.

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

SUMÁRIO

Introdução	5
1 - Montagem do índice	6
2 - Breve análise das estatísticas selecionadas	9
3 - Cálculo dos indicadores	12
4 - Conclusão	15
Notas	17

CCJE/BIBLIOTECA EUGENIO GUDIN

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho urbano no Brasil passou por grandes modificações ao longo da década de 90. Entre as mudanças recentes, podem ser mencionadas a intensificação de práticas informais de contratação; a redução do emprego industrial, resultando em aumento do setor terciário; e a explosão das taxas de desemprego ocorrida em 1998. Entre os dados favoráveis, merece menção o crescimento do nível de rendimento a partir de 1993, revertido em 1998. Há, portanto, fortes indícios de deterioração das condições do mercado de trabalho ao longo dos anos 90².

Seria possível mensurar a evolução do mercado de trabalho quando existem estatísticas apontando tanto na direção de piora quanto de melhora? Seria possível criar um indicador sintético que apontasse claramente o sentido de sua evolução?

É exatamente esta questão que se pretende responder neste artigo, ao se propor um indicador para o mercado de trabalho brasileiro, construído a partir de dados levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

No passado já havíamos tentado construir um indicador a partir da comparação de seis estatísticas da PME³. Tal indicador mostrou uma tendência de deterioração do mercado de trabalho metropolitano, com maior homogeneização entre os dados das seis regiões acompanhadas pela PME/IBGE ao longo da década de 90. Verificou-se ainda que São Paulo e Porto Alegre destacavam-se com os melhores indicadores, Rio de Janeiro e Belo

Horizonte ocupavam uma posição intermediária, enquanto Salvador e Recife apresentavam os piores resultados. Apesar do interesse daquele indicador, sua principal vantagem era não permitir a comparação de seus valores absolutos no sentido de se concluir inequivocamente pela melhora ou piora do indicador ao longo do tempo. Em outras palavras, o indicador permitia comparações relativas mas não absolutas. Seu crescimento ou queda não significavam obrigatoriamente melhora ou piora das condições gerais do mercado de trabalho.

O índice proposto na próxima seção é inspirado no índice de desenvolvimento humano (IDH). Ele leva em consideração nove estatísticas do mercado de trabalho, separadas em três grupos - desemprego, ocupação e informalidade, e rendimento. Para cada grupo, foram selecionadas três estatísticas de caráter bem amplo, ponderadas segundo o grau de importância atribuído a cada uma. Em seguida, os três grupos de indicadores são utilizados na composição de um indicador-síntese para o mercado de trabalho. Tal indicador varia entre 0 e 1. Seu crescimento significa melhoria e sua queda piora das condições do mercado de trabalho.

1 - MONTAGEM DO ÍNDICE

Para se transformar uma estatística do mercado de trabalho em um índice que varie entre zero e um, de tal forma que um valor maior signifique uma situação mais favorável e vice versa, pode-se utilizar a mesma metodologia do IDH.

Para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria (ex: rendimento), o índice é calculado por

$$I = (E - E_{\min}) / (E_{\max} - E_{\min}) \quad (1)$$

onde E é o valor da estatística escolhida, E_{\max} seu valor máximo e E_{\min} seu valor mínimo.

Para as estatísticas cujo crescimento significa piora (ex: taxa de desemprego), o índice é calculado por

$$I = (E_{\max} - E) / (E_{\max} - E_{\min}) \quad (2)$$

A partir dos dados levantados pela PME/IBGE, foram selecionadas estatísticas que dessem conta da complexidade do mercado de trabalho brasileiro. Elas podem ser classificadas em três grupos. Em cada grupo há uma estatística básica, considerada a referência principal do grupo, e duas estatísticas complementares. Elas estão apresentadas a seguir. A primeira listada cada grupo é a estatística básica e as demais são as complementares.

a) Estatísticas de Desemprego

- Taxa de Desemprego (7 dias);
- Percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho;
- Percentual de chefes de família entre os desempregados.

b) Estatísticas de Ocupação e Informalidade

- Percentual de ocupados com carteira assinada;
- Percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil);
- Percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo.

c) Estatísticas de Rendimento

- Renda média real;
- Relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo;

- Relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

A escolha das estatísticas a serem utilizadas na composição do indicador de mercado de trabalho possui certo grau de arbitrariedade. Procurou-se sempre incorporar suas várias dimensões.

No caso do desemprego, a variável básica é a própria taxa de desemprego. Neste caso, poderia ser utilizada alternativamente a taxa baseada na procura de emprego de 7 ou 30 dias, fixando-se naquela que é mais divulgada. As variáveis complementares incorporam elementos que podem agravar mais ou menos o desemprego – seu tempo de duração e a presença de chefes de família desempregados.

Reconhecendo a importância da questão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, utilizou-se como estatística básica de ocupação e informalidade o percentual de ocupados que possuem carteira de trabalho assinada, representando a situação típica de inserção no setor formal. Na medida em que a indústria usualmente é o setor que oferece melhores condições de trabalho, assinando a carteira de trabalho dos empregados e pagando os melhores salários, escolheu-se como primeira estatística complementar o percentual de trabalhadores ocupados na indústria (transformação, extrativa mineral e utilidade pública). A segunda estatística complementar procura verificar o maior ou menor nível de escolaridade da população ocupada.

A principal estatística de rendimento é a renda real média. Como todas as médias, tal variável não permite a identificação de desigualdades na distribuição dos rendimentos. Assim, foram incorporadas duas estatísticas complementares, que procuram determinar o nível de desigualdade existente. Havia várias alternativas de escolha⁴. Foram selecionadas a relação entre os rendimentos

médios dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo e a relação entre os rendimentos médios dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada. Embora um certo grau de desigualdade seja, esperado, na medida em que os trabalhadores possuem características e níveis de produtividades distintos, um aumento da desigualdade é um sinal de piora das condições do mercado de trabalho⁵.

A partir das estatísticas selecionadas, foram calculados os respectivos indicadores utilizando-se as fórmulas (1) ou (2), de acordo com seu sentido de variação⁶. Os nove indicadores foram, em seguida, transformados em três indicadores – *indicador de desemprego*; *indicador de ocupação e informalidade*; e *indicador de rendimento*. No cálculo de cada indicador, calculou-se a média ponderada com peso dois para o indicador básico e peso um para cada indicador complementar. Finalmente, o *indicador-síntese* do mercado de trabalho foi obtido pela média aritmética dos três indicadores.

2 - BREVE ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

A metodologia foi testada utilizando-se dados da PME da década de 90 (1991/98). Tendo em vista que os dados originais são mensais, foram inicialmente calculadas as médias anuais das nove estatísticas utilizadas para a montagem dos indicadores. Os resultados para as seis regiões metropolitanas (RMs) cobertas pela PME estão apresentados nas tabelas 1, 2 e 3.

2.1 - Desemprego

Os dados de desemprego mostram tendência de piora. As taxas de desemprego apresentam crescimento, revertido apenas em meados da década, quando as taxas de crescimento da economia foram mais favoráveis. Em 1998, surge um novo patamar para as taxas de desemprego das várias RMs. A situação mais favorável é encontrada no Rio de Janeiro e a pior em São Paulo, Recife e Salvador.

O percentual de desempregados há 12 meses ou mais sem trabalho também mostrou forte tendência de aumento ao longo dos anos 90. A única inflexão ocorreu em 1995. As taxas mais que dobraram em São Paulo e Porto Alegre. Em 1998, os percentuais variavam entre 23% em Belo Horizonte e 32% em Recife.

O percentual de chefes entre os desempregados manteve-se aproximadamente estável no período, porém com diferenciação entre as regiões metropolitanas. Em 1998, variava entre 29% em Belo Horizonte e 39% em Salvador.

Em resumo, das três estatísticas selecionadas para representar o desemprego, duas pioraram e uma manteve relativa estabilidade no período. Por outro lado, foram observados importantes diferenciais entre elas nas seis RMs.

2.2 - Ocupação e informalidade

Na análise das estatísticas de ocupação e informalidade, verificam-se resultados divergentes. En-

quanto duas apresentaram nítida piora, uma apresentou tendência de melhora.

O percentual de ocupados com carteira assinada caiu fortemente em todas as RMs, com destaque para São Paulo, onde baixou de 58% para 48%, e para Recife, onde caiu de 46% para 38%, no período considerado. O maior percentual encontrado em 1998 (49% em Porto Alegre) supera apenas o menor de 1991 (46% em Recife).

Conforme esperado, tendo em vista a crise que tem atingido o emprego industrial, o percentual de ocupados na indústria também caiu em todas as RMs. Se por um lado a queda foi maior em São Paulo, por outro também foi acentuada nas regiões menos industrializadas como Salvador e Recife. Em 1998, o percentual de ocupados na indústria variava entre 10% em Salvador e 22% em São Paulo.

Refletindo o aumento de escolaridade da população brasileira nos últimos anos, o indicador de incidência de trabalhadores universitários cresceu em cinco das seis regiões analisadas – em Salvador manteve-se aproximadamente estável. Em 1998, variava entre 10% em Salvador e 19% no Rio de Janeiro e São Paulo.

2.3 - Rendimento

Foram as estatísticas de rendimento que evoluíram de maneira mais favorável durante a década de noventa. No caso do rendimento médio real, após a queda de 1992, decorrente da recessão do início da década, houve aumento até 1997, revertido apenas em 1998. Apenas Salvador não apresentou aumento no período analisado. Cabe, entretanto, observar os fortes desníveis entre os níveis de rendimento das várias regiões. Em São Paulo, por exem-

plo, o rendimento médio era mais que o dobro do encontrado em Salvador e Recife, em 1998.

O primeiro indicador de desigualdade – relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo – apresentou piora até 1994, melhorando após o Plano Real. Em 1998, entretanto, a tendência de melhora parecia haver se encerrado. Houve casos de melhora (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador), de piora (São Paulo e Porto Alegre) e de estabilidade (Recife) do indicador quando comparados os anos extremos do período analisado. Em termos comparativos, os indicadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre são melhores que os das demais regiões.

O segundo indicador de desigualdade – relação entre a renda dos ocupados com carteira assinada e sem carteira assinada – apresentou também tendência de piora nos primeiros anos da década, melhorando em seguida. Comparando-se os anos extremos, houve melhora do indicador em Belo Horizonte, Recife e Salvador e estabilidade nas demais. Em 1998, São Paulo apresentava a maior relação entre as seis RMs, com os empregados com carteira assinada recebendo cerca de 50% a mais que os sem carteira assinada. Curiosamente, em Porto Alegre praticamente não há diferença nas remunerações médias dos dois grupos de trabalhadores⁷.

3 - CÁLCULO DOS INDICADORES

Para o cálculo dos indicadores é necessário fixar os valores máximos e mínimos das várias estatísticas utilizadas. Tais valores foram determinados a partir das estatísticas mensais das seis RMs, utilizando-se como valores máximos (mínimos) aqueles encontrados comparando-se todos os valores mensais nas seis regiões consideradas.

A tabela 4 apresenta tais valores, informando a região, o mês e o ano correspondentes.

Os valores dos indicadores estão apresentados nas tabelas 5 a 8 e nos gráficos 1 a 4.

Os melhores indicadores de desemprego são encontrados no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Em segundo lugar, em Porto Alegre e São Paulo. A pior situação é encontrada em Recife e Salvador. Tais indicadores acompanham claramente o ciclo econômico. Houve piora até 1992/93, recuperação até 1995 e nova piora em seguida. A situação em 1998 era nitidamente pior que a de 1991 em todas as RMs. Em 1998, o indicador-síntese de desemprego variava entre 0,224 em Salvador e 0,585 no Rio de Janeiro.

Os valores baixos atingidos pelo indicador-síntese de desemprego em 1998 são um reflexo do agravamento da taxa de desemprego, especialmente em 1998, e do aumento do número de meses sem trabalho ao longo do período analisado. Na tabela 9 pode ser visualizada a contribuição de cada indicador para a piora do indicador de desemprego no período. A principal contribuição cabe à própria taxa de desemprego, seguindo-se os meses sem trabalho. No caso dos chefes desempregados, a contribuição é pequena, sendo negativa em algumas regiões e positiva em outras.

A ordenação dos indicadores de ocupação e informalidade é bem distinta da obtida para os indicadores de desemprego. Os melhores resultados são encontrados em São Paulo e Porto Alegre, destacando-se das demais regiões. Seguem-se Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Mais uma vez, os piores indicadores são obtidos em Recife e Salvador. Em todas as RMs houve queda do indicador-síntese de ocupação e informalidade no período. Tal queda foi causada pela redução do percentual de empregados com carteira assinada e, em menor escala, de

peças ocupadas na indústria. No caso do indicador de anos de estudo o comportamento foi distinto, com for tendência de crescimento, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1998, o indicador-síntese de ocupação e informalidade variava entre 0,187 em Recife e 0,639 em São Paulo. A contribuição de cada indicador para a variação do indicador-síntese de ocupação e informalidade é apresentada na tabela 10. Verifica-se que ele depende basicamente do indicador de posse de carteira assinada.

Diferentemente dos casos anteriores, os indicadores de rendimento aumentaram durante a década de 90. Tais indicadores tendem a crescer a partir de 1993, atingem o máximo em 1997 e caem um pouco em 1998. Conforme indicado pela tabela 11, foi fundamental para a melhoria do indicador-síntese de rendimento o fato da renda média ter aumentado no período, exceto em Salvador. Contribuiu ainda positivamente a redução na desigualdade de renda entre empregados com e sem carteira assinada na maior parte das RMs. Quanto ao diferencial de rendimento por anos de estudo, a contribuição para o indicador-síntese de renda foi em geral negativa.

São Paulo é o destaque no indicador-síntese de renda. Em 1998, seu valor atingia 0,805. Em seguida, surgem Porto Alegre (0,725) e Rio de Janeiro (0,671). Um pouco abaixo, Belo Horizonte (0,591). Finalmente, os piores valores são, mais uma vez, encontrados em Salvador (0,447) e Recife (0,382). Portanto, o indicador-síntese de renda reflete nitidamente os desníveis e desigualdades regionais de rendimentos existentes no país.

A análise do indicador-síntese do mercado de trabalho mostra, conforme esperado, que a melhor situação é encontrada em São Paulo. As demais RMs do Sul/Sudeste apresentam valores relativamente próximos, com Porto Alegre um pouco melhor que o Rio de Janeiro que, por

sua vez, apresenta resultados um pouco melhores que Belo Horizonte. Os piores indicadores globais cabem a Recife e Salvador⁸. O gráfico 4 é bastante ilustrativo das diferenças entre o Brasil do Sul/Sudeste e o Brasil do Nordeste. As duas RMs do Nordeste destacam-se nitidamente das demais, apresentando valores bem inferiores.

Nas seis RMs houve nítida piora ao longo da década. Tal piora foi parcialmente revertida entre 1992 e 1995/96, refletindo a recuperação da economia. A partir daí, a tendência é de queda do indicador-síntese. Os valores do indicador variavam entre 0,430 em Salvador e 0,753 em São Paulo, em 1991. Em 1998, a faixa de variação ficava entre 0,288 em Salvador e 0,600 em São Paulo, confirmando a deterioração do mercado de trabalho metropolitano na década de 90. Neste último ano, os indicadores apresentavam os piores valores da série em todas as regiões, exceto em Recife, onde o valor mínimo foi obtido em 1993. A ordenação do indicador-síntese do mercado de trabalho em 1998, entretanto, permanecia a mesma do início da década - São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

4 - CONCLUSÃO

Inspirado na metodologia do IDH, foi proposto um novo índice para o mercado de trabalho urbano no país. A partir de um amplo conjunto de estatísticas disponíveis na PME/IBGE, o índice foi aplicado aos dados do período entre 1991 e 1998, ao longo do qual pode ser constatada forte deterioração do mercado de trabalho. Por outro lado, o índice mostrou capacidade de diferenciação entre as distintas regiões metropolitanas.

Os três conjuntos de estatísticas – desemprego, ocupação e informalidade e rendimento – fornecem resultados distintos. Enquanto os dois primeiros apontam no sentido de piora, o último indica melhora. A queda nos indicadores de desemprego e de ocupação e informalidade, entretanto, é suficientemente forte, de modo que o indicador-síntese construído mostra uma clara deterioração no período analisado.

Apesar da queda encontrada no indicador global, a ordenação das seis regiões metropolitanas não sofreu modificações no período. Os melhores resultados são encontrados em São Paulo, seguindo-se Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Recife e Salvador apresentam resultados nitidamente inferiores às demais RMs.

No caso dos indicadores de desemprego, os melhores resultados cabem ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nos demais, São Paulo e Porto Alegre destacam-se favoravelmente. Nos três casos, entretanto, os piores resultados ocorrem sistematicamente nas duas regiões metropolitanas do Nordeste.

Apesar de sua amplitude, o indicador proposto possui certo grau de arbitrariedade na seleção das variáveis incluídas em seu cálculo. Ele pode, entretanto, ser facilmente adaptado, eliminando-se e/ou incluindo-se outras estatísticas segundo a disponibilidade de dados e preferências do usuário. No conjunto de indicadores de renda, por exemplo, pode ser incluído um índice de "pobreza", calculado a partir do percentual de ocupados que recebam abaixo de um patamar pré-estabelecido. Os índices de desigualdade, por outro lado, podem ser mais elaborados.

A principal qualidade do indicador-síntese do mercado de trabalho, conforme sugerido por sua denominação, é sua capacidade de sintetizar em um único número as mais variadas dimensões do mercado de trabalho. Por outro lado, o teste aqui aplicado mostrou sua capacidade

diferenciadora, destacando as regiões onde eram esperados os melhores e os piores resultados. Se alguma surpresa pode ter ocorrido, foi na ordenação das RMs intermediárias. Porto Alegre supera Rio de Janeiro e Belo Horizonte pelos resultados mais favoráveis obtidos em rendimento e ocupação e informalidade, embora piores em desemprego. Já o Rio de Janeiro supera Belo Horizonte devido aos indicadores de rendimento mais favoráveis e, no final do período, por conta das taxas de desemprego mais baixas.

NOTAS

² Sobre esta questão ver, por exemplo, RAMOS, Lauro & Reis, José Guilherme, Grau de Formalização, Nível de Qualidade do Emprego no Mercado de Trabalho Metropolitano do Brasil, Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, MTb/IPEA, nº 5, julho de 1997; POCHMANN, Márcio, Traços Gerais do Movimento de Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro, Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Recife, dezembro de 1997; BALTAR, Paulo & Mattoso, Jorge, Transformações Estruturais e Emprego nos Anos 90, Ensaios FEE, v. 18, 1997.

³ Ver SABOIA, João, "Proposta de Indicadores para o Mercado de Trabalho no Brasil – Maior Homogeneização com Deterioração nas Principais Regiões Metropolitanas", Texto para Discussão, nº 401, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1997.

⁴ Poderia, por exemplo, ser utilizado um índice clássico de desigualdade, como Gini, Theil etc. Optou-se pela simplicidade de indicadores que podem ser obtidos diretamente dos dados da PME sem a necessidade de utilização de microdados.

⁵ Entre os indicadores de rendimento pensou-se na possibilidade de utilização de uma medida de pobreza como, por exemplo, o percentual de trabalhadores recebendo abaixo de um salário mínimo. Esta idéia foi abandonada por duas razões. Em primeiro lugar, o valor real do salário mínimo variou muito no período, o que implicaria na necessidade de deflacionamento dos valores. Por outro lado, remuneração baixa não significa obrigatoriamente pobreza, na medida em que a variável fundamental para se medir pobreza é a renda familiar per capita.

⁶ Utilizou-se a fórmula (1) para as três estatísticas de ocupação/desocupação e para a estatística de renda média real. Para as demais foi utilizada a fórmula (2).

⁷ Apesar da tentativa de incorporar os funcionários públicos aos empregados com carteira assinada, é possível que o algoritmo utilizado no tratamento dos dados originais pela publicação "Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise" deixe parcela dos funcionários públicos entre os empregados sem carteira assinada, elevando sua remuneração média.

⁸ No trabalho desenvolvido em 1997, Porto Alegre e São Paulo possuíam indicadores próximos. Da mesma forma, Rio de Janeiro aproximava-se de Belo Horizonte e Recife de Salvador.

Tabela 1:

Estatísticas de desemprego

Taxa de desemprego (7 dias)						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	3,59	5,52	4,35	4,11	5,90	5,91
1992	4,04	6,51	5,51	4,81	8,46	6,77
1993	4,07	5,74	4,02	4,46	8,91	6,62
1994	4,11	5,42	4,13	4,29	6,81	7,06
1995	3,42	5,17	4,47	3,78	5,46	6,73
1996	3,65	6,29	5,92	4,64	5,66	6,84
1997	3,73	6,60	5,47	5,09	5,89	7,73
1998	5,41	8,59	7,28	7,18	8,69	9,27

Fonte: PME/IBGE

Percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho

Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	12,96	10,79	11,43	11,96	20,27	16,07
1992	19,65	14,79	14,81	14,49	27,32	18,36
1993	19,47	18,21	15,97	16,58	31,99	21,76
1994	19,57	17,52	15,05	18,69	28,92	20,20
1995	15,61	13,87	12,39	12,96	25,32	15,76
1996	19,15	15,71	17,71	16,76	28,79	17,41
1997	17,03	19,77	20,32	18,55	25,42	20,84
1998	23,29	25,75	24,15	22,71	31,76	27,00

Fonte:PME/IBGE

Percentual de chefes entre os desempregados

Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	29,89	32,20	35,70	27,80	31,98	37,61
1992	31,33	31,34	35,51	27,35	33,54	39,37
1993	30,95	31,20	38,13	27,68	33,89	39,15
1994	28,45	30,12	37,20	27,17	39,20	39,95
1995	31,36	29,52	36,36	28,36	36,70	39,08
1996	29,82	30,79	34,21	25,05	34,79	38,89
1997	32,96	30,91	35,63	28,56	37,63	37,57
1998	31,79	31,69	35,06	29,02	35,34	38,84

Fonte:PME/IBGE

Tabela 2:

Estatísticas de ocupação e informalidade

Percentual de ocupados com carteira assinada						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	50,13	57,64	55,33	51,66	46,05	51,07
1992	47,49	55,63	53,58	50,27	42,62	50,29
1993	46,41	54,96	53,45	49,06	41,56	49,22
1994	45,52	53,37	52,84	47,65	40,13	45,29
1995	45,04	51,90	51,67	48,10	39,96	44,26
1996	44,17	49,29	49,27	46,06	40,16	43,91
1997	43,95	48,60	49,53	45,88	40,55	44,07
1998	43,06	48,04	48,71	46,46	38,42	45,55

Fonte:PME/IBGE

Percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil)						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	17,32	30,32	24,39	18,96	14,83	13,05
1992	16,11	28,49	23,60	18,52	14,57	12,31
1993	15,48	28,15	24,55	18,68	13,74	11,76
1994	14,69	27,40	25,43	17,96	13,59	10,66
1995	14,49	27,06	24,45	17,89	12,98	10,38
1996	13,93	24,65	22,66	17,86	12,67	9,87
1997	13,30	23,50	21,75	17,70	12,52	9,59
1998	12,47	22,37	21,00	17,43	11,99	9,55

Fonte:PME/IBGE

Percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	15,59	14,33	16,38	12,22	12,57	10,36
1992	16,03	15,24	15,39	12,88	12,33	9,69
1993	16,86	15,40	15,84	13,23	11,91	9,49
1994	17,11	15,79	15,41	11,60	10,50	8,47
1995	17,33	16,31	15,75	12,42	10,80	8,62
1996	18,13	17,20	15,71	12,81	12,09	9,13
1997	18,85	18,19	16,89	13,38	12,54	9,53
1998	19,13	19,09	17,29	13,47	12,95	9,90

Fonte:PME/IBGE

Tabela 3:

Estatísticas de rendimento

Renda real média (em reais de dezembro de 1995)						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	446,90	620,95	442,97	429,70	292,01	385,80
1992	376,41	518,47	356,76	373,50	245,46	304,27
1993	402,27	586,66	394,68	409,76	274,08	336,77
1994	409,55	646,46	435,60	392,17	258,42	289,34
1995	461,06	679,70	511,95	440,92	297,52	304,51
1996	514,03	698,18	525,81	460,62	335,64	329,98
1997	528,59	696,19	543,39	480,01	356,23	354,42
1998	516,47	700,48	539,68	464,05	338,41	322,31

Fonte:PME/IBGE

Relação entre a renda de ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo

Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	4,81	3,75	4,05	5,77	5,75	7,33
1992	4,73	3,65	4,11	5,81	6,21	6,33
1993	4,90	3,83	4,19	5,94	6,52	7,20
1994	5,03	4,30	4,66	6,48	6,20	8,05
1995	4,63	3,96	4,54	5,82	5,80	7,51
1996	4,49	3,92	4,15	5,38	5,67	6,73
1997	4,40	3,91	4,21	5,40	5,88	6,98
1998	4,40	4,16	4,41	5,45	5,88	6,22

Fonte:PME/IBGE

Relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada

Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	1,20	1,46	1,00	1,25	1,53	1,86
1992	1,29	1,63	1,07	1,49	1,52	1,94
1993	1,28	1,71	1,06	1,42	1,63	1,87
1994	1,26	1,62	1,00	1,42	1,47	1,71
1995	1,16	1,46	0,93	1,17	1,30	1,40
1996	1,16	1,52	0,97	1,20	1,27	1,33
1997	1,19	1,46	0,98	1,21	1,21	1,33
1998	1,20	1,46	1,00	1,14	1,21	1,43

Fonte:PME/IBGE

Tabela 4: Valores máximos e mínimos utilizados no cálculo dos indicadores

Item	Valores Máximos		Valores Mínimos	
	Valor	Região	Valor	Região
Taxa de Desemprego	10,18	RE	2,55	RJ
Desemprego	38,90	RE	7,02	PA
Percentual de Chefes entre com 12 Meses ou Mais	45,26	SA	22,70	BH
Percentual de Chefes entre os Desempregados	58,91	SP	36,44	RE
Percentual de Ocupados com Carteira Assinada	32,36	SP	9,02	SA
Ocupação e Informalidade	19,69	RJ	7,54	SA
Percentual de Ocupados com 12 Anos de Estudo ou mais	772,56	SP	220,91	RE
Renda Média Real	9,45	SA	3,39	SP
Relação entre a Renda dos Ocupados com 12 Anos ou mais de Estudo e com até 4 Anos de Estudo	2,36	RE	0,87	PA
Relação entre a Renda dos Empregados com Carteira Assinada e sem Carteira Assinada				

Fonte: PME/IBGE

Tabela 5:

Indicadores de desemprego

Taxa de desemprego						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,863	0,610	0,764	0,795	0,561	0,559
1992	0,805	0,481	0,612	0,704	0,225	0,447
1993	0,800	0,582	0,808	0,750	0,166	0,467
1994	0,796	0,624	0,792	0,772	0,442	0,409
1995	0,886	0,656	0,749	0,839	0,619	0,452
1996	0,855	0,510	0,558	0,727	0,593	0,438
1997	0,845	0,469	0,617	0,667	0,562	0,321
1998	0,626	0,208	0,379	0,393	0,195	0,119

Chefes desempregados						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,681	0,579	0,424	0,774	0,588	0,339
1992	0,617	0,617	0,432	0,794	0,519	0,261
1993	0,634	0,623	0,316	0,779	0,504	0,271
1994	0,745	0,671	0,357	0,802	0,269	0,235
1995	0,616	0,698	0,395	0,749	0,379	0,274
1996	0,684	0,641	0,490	0,896	0,464	0,282
1997	0,545	0,636	0,427	0,740	0,338	0,340
1998	0,597	0,601	0,452	0,720	0,440	0,285

Meses sem trabalho						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,814	0,882	0,862	0,845	0,584	0,716
1992	0,604	0,756	0,756	0,766	0,363	0,644
1993	0,609	0,649	0,719	0,700	0,217	0,538
1994	0,606	0,671	0,748	0,634	0,313	0,587
1995	0,731	0,785	0,832	0,814	0,426	0,726
1996	0,620	0,727	0,665	0,695	0,317	0,674
1997	0,686	0,600	0,583	0,638	0,423	0,566
1998	0,490	0,413	0,463	0,508	0,224	0,373

Indicador-síntese de desemprego						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,805	0,670	0,703	0,802	0,574	0,543
1992	0,708	0,584	0,603	0,742	0,333	0,450
1993	0,711	0,609	0,663	0,745	0,263	0,436
1994	0,736	0,648	0,673	0,745	0,367	0,410
1995	0,780	0,699	0,681	0,810	0,511	0,476
1996	0,754	0,597	0,568	0,761	0,491	0,458
1997	0,730	0,543	0,561	0,678	0,471	0,387
1998	0,585	0,358	0,418	0,503	0,263	0,224

UFRJ/CCJE
Biblioteca Eugênio Gudin

Tabela 6:

Indicadores de ocupação e informalidade

Empregados com carteira assinada						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,609	0,943	0,841	0,677	0,428	0,651
1992	0,492	0,854	0,763	0,615	0,275	0,616
1993	0,444	0,824	0,757	0,561	0,228	0,569
1994	0,404	0,754	0,730	0,499	0,164	0,394
1995	0,383	0,688	0,678	0,519	0,156	0,348
1996	0,344	0,572	0,571	0,428	0,166	0,332
1997	0,334	0,541	0,582	0,420	0,183	0,339
1998	0,295	0,516	0,546	0,446	0,088	0,406

Ocupados na indústria						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,356	0,912	0,659	0,426	0,249	0,172
1992	0,304	0,834	0,625	0,407	0,238	0,141
1993	0,277	0,820	0,665	0,414	0,202	0,117
1994	0,243	0,788	0,703	0,383	0,196	0,070
1995	0,235	0,773	0,661	0,380	0,170	0,058
1996	0,210	0,670	0,584	0,379	0,156	0,036
1997	0,184	0,620	0,545	0,372	0,150	0,024
1998	0,148	0,572	0,513	0,360	0,127	0,023

Ocupados com 12 anos ou mais de estudo						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,662	0,559	0,728	0,385	0,414	0,232
1992	0,699	0,634	0,646	0,440	0,394	0,177
1993	0,767	0,647	0,683	0,468	0,359	0,160
1994	0,788	0,679	0,647	0,334	0,244	0,076
1995	0,805	0,722	0,676	0,401	0,268	0,089
1996	0,872	0,795	0,672	0,434	0,374	0,130
1997	0,931	0,876	0,770	0,480	0,412	0,163
1998	0,954	0,951	0,803	0,488	0,445	0,194

Indicador-síntese de ocupação e informalidade						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,559	0,840	0,767	0,541	0,380	0,427
1992	0,496	0,794	0,699	0,519	0,295	0,388
1993	0,483	0,779	0,716	0,501	0,254	0,354
1994	0,460	0,743	0,702	0,429	0,192	0,233
1995	0,451	0,718	0,673	0,455	0,188	0,211
1996	0,443	0,652	0,600	0,417	0,215	0,208
1997	0,446	0,645	0,620	0,423	0,232	0,217
1998	0,423	0,639	0,602	0,435	0,187	0,257

Tabela 7:

Indicadores de renda

Renda média						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,410	0,725	0,403	0,378	0,129	0,299
1992	0,282	0,539	0,248	0,277	0,044	0,151
1993	0,329	0,663	0,315	0,342	0,096	0,210
1994	0,342	0,771	0,389	0,310	0,068	0,124
1995	0,435	0,832	0,528	0,399	0,139	0,152
1996	0,531	0,865	0,553	0,435	0,208	0,198
1997	0,558	0,862	0,585	0,470	0,245	0,242
1998	0,536	0,869	0,578	0,441	0,213	0,184

Diferencial de renda por anos de estudo						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,766	0,940	0,891	0,608	0,610	0,350
1992	0,780	0,957	0,881	0,602	0,535	0,516
1993	0,751	0,928	0,868	0,579	0,483	0,371
1994	0,730	0,851	0,790	0,491	0,538	0,232
1995	0,795	0,907	0,811	0,600	0,603	0,321
1996	0,818	0,913	0,875	0,673	0,625	0,450
1997	0,833	0,915	0,865	0,670	0,589	0,409
1998	0,834	0,873	0,832	0,660	0,589	0,534

Diferencial de renda por posse ou não de carteira assinada						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,782	0,607	0,910	0,745	0,557	0,338
1992	0,715	0,489	0,865	0,584	0,564	0,282
1993	0,724	0,435	0,870	0,633	0,489	0,326
1994	0,737	0,495	0,914	0,628	0,599	0,434
1995	0,809	0,605	0,958	0,798	0,709	0,643
1996	0,805	0,566	0,931	0,776	0,734	0,694
1997	0,787	0,604	0,927	0,773	0,769	0,693
1998	0,781	0,606	0,913	0,821	0,772	0,625

Indicador-síntese de renda						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,592	0,750	0,652	0,527	0,356	0,321
1992	0,515	0,631	0,560	0,435	0,297	0,275
1993	0,533	0,672	0,592	0,474	0,291	0,279
1994	0,538	0,722	0,621	0,435	0,318	0,228
1995	0,619	0,794	0,706	0,549	0,398	0,317
1996	0,671	0,802	0,728	0,580	0,444	0,385
1997	0,684	0,811	0,740	0,596	0,462	0,397
1998	0,671	0,805	0,725	0,591	0,447	0,382

Tabela 8:

Indicador-síntese do mercado de trabalho						
Ano	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
1991	0,652	0,753	0,707	0,624	0,436	0,430
1992	0,573	0,670	0,621	0,565	0,309	0,371
1993	0,576	0,687	0,657	0,573	0,270	0,356
1994	0,578	0,704	0,665	0,536	0,292	0,291
1995	0,617	0,737	0,687	0,605	0,365	0,335
1996	0,623	0,684	0,632	0,586	0,384	0,350
1997	0,620	0,666	0,640	0,568	0,388	0,333
1998	0,560	0,600	0,582	0,510	0,299	0,288

Tabela 9:

Contribuição de cada indicador para a variação do indicador-síntese de desemprego

Região	Taxa de desemprego	Chefes desempregados	Meses sem trabalho	Total
RJ	-119	-21	-81	-220
SP	-201	6	-117	-312
PA	-192	7	-100	-285
BH	-201	-13	-84	-299
RE	-183	-37	-90	-311
SA	-220	-14	-86	-319

Tabela 10:

Contribuição de cada indicador para a variação do indicador-síntese de ocupação e informalidade

Região	Empregados com carteira assinada	Ocupados na indústria	Ocupados com 12 anos ou mais de estudo	Total
RJ	-157	-52	73	-136
SP	-214	-85	98	-201
PA	-147	-36	19	-165
BH	-116	-16	26	-106
RE	-170	-30	8	-192
SA	-123	-37	-9	-169

Tabela 11:

Contribuição de cada indicador para a variação do indicador-síntese de renda

Região	Renda média	Diferencial de renda por anos de estudo	Diferencial de renda por posse ou não de carteira assinada	(x10 ⁻³)
				Total
RJ	63	17	0	80
SP	72	-17	0	55
PA	88	-15	1	74
BH	31	13	19	63
RE	42	-5	54	91
SA	-58	46	72	60

Tabela 12:

Contribuição de cada indicador para a variação do indicador-síntese do mercado de trabalho

Região	Desemprego	Ocupação e informalidade	Renda	(x10 ⁻³)
				Total
RJ	-74	-45	27	-92
SP	-104	-67	18	-153
PA	-95	-55	25	-125
BH	-100	-35	21	-114
RE	-103	-64	30	-137
SA	-106	-56	20	-143

Gráfico 1: Indicador-síntese de desemprego por região metropolitana - 1991/1998

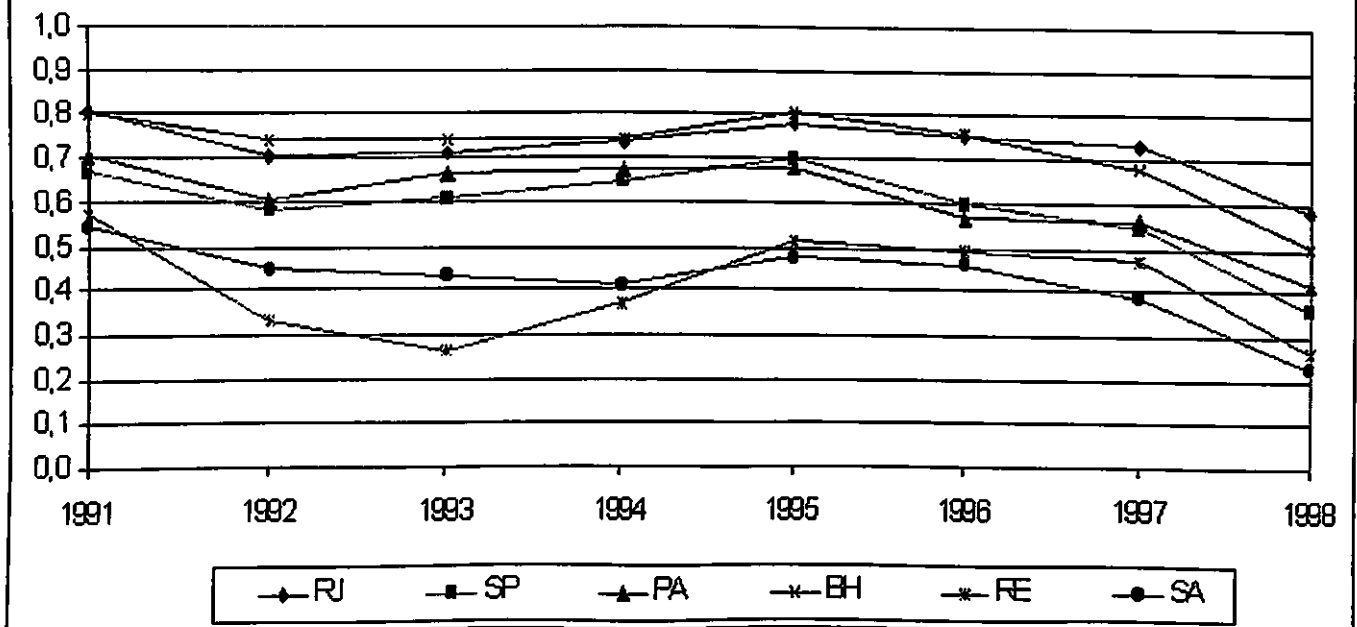


Gráfico 2: Indicador-síntese de ocupação e informalidade por região metropolitana - 1991/1998

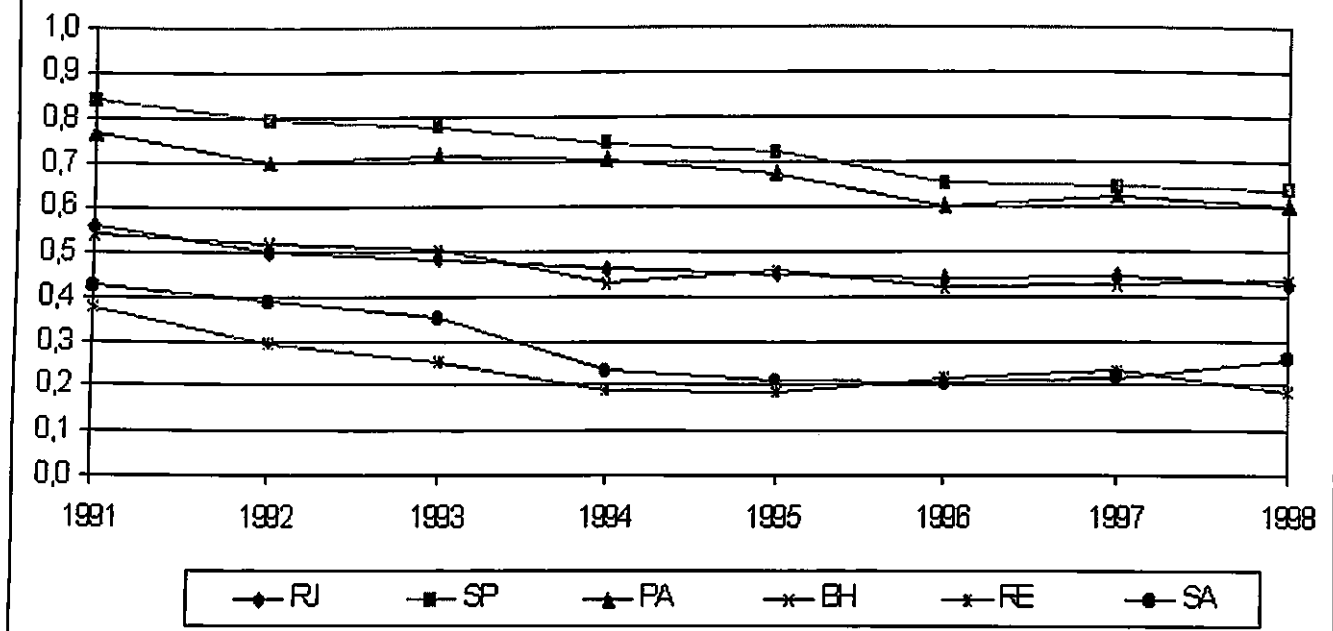


Gráfico 3: Indicador-síntese de renda por região metropolitana - 1991/1998

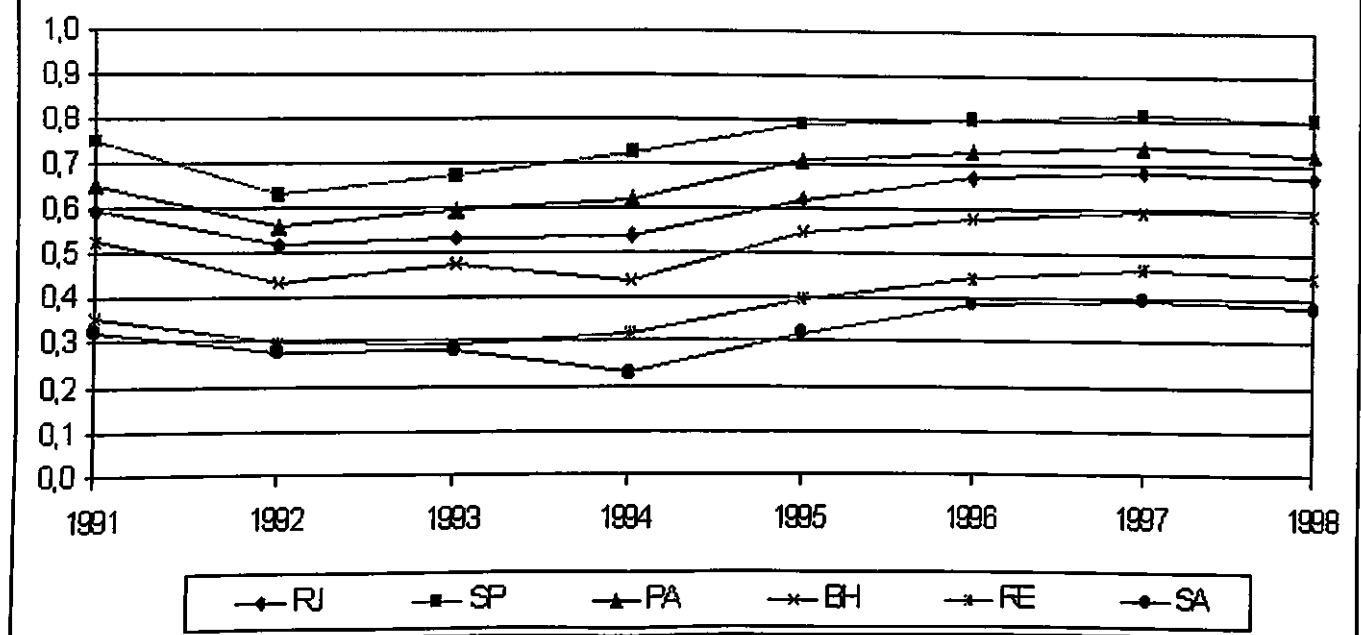


Gráfico 4: Indicador-síntese do mercado de trabalho por região metropolitana - 1991/1998

